



UNIDADE DE INFORMAÇÃO FINANCEIRA

No âmbito das suas atribuições, a **Unidade de Informação Financeira (UIF)**, através da **Divisão de Monitorização e Supervisão**, promove a presente nota informativa com o objectivo de contribuir para a sensibilização, actualização e capacitação dos seus membros, bem como das entidades supervisoras e supervisionadas que integram o Sistema Nacional de Prevenção e Combate ao Branqueamento de Capitais, Financiamento do Terrorismo e da Proliferação de Armas de Destruição em Massa.

A disseminação sistemática de informação técnica e estratégica constitui um pilar essencial da actuação da UIF, promovendo a vigilância institucional, a cultura de conformidade e o alinhamento com os padrões internacionais. Esta nota informativa reúne os acontecimentos e notícias relevantes no domínio da prevenção e combate ao branqueamento de capitais, financiamento do terrorismo e da proliferação de armas de destruição em massa, oferecendo uma visão actualizada e contextualizada dos riscos emergentes, práticas ilícitas detectadas e respostas institucionais, com o objectivo de apoiar a actuação tempestiva das entidades competentes.

1. Acontecimentos Relevantes e Notícias Recentes

Complementarmente, esta secção reúne um conjunto de notícias verificadas e divulgadas por fontes fidedignas, relativas à operações, investigações, esquemas desmantelados, sanções aplicadas e outras ocorrências com impacto na prevenção e combate ao BC/FT/PADM. A sua inclusão visa oferecer uma perspectiva dinâmica e contextualizada dos fenómenos emergentes, contribuindo para a leitura prática dos riscos e a necessária vigilância das instituições envolvidas no sistema nacional de prevenção.

a) FIU dos Países Baixos destaca investigações relacionadas com financiamento do terrorismo



A FIU dos Países Baixos divulgou recentemente um exemplo de como detecta transacções suspeitas de financiamento terrorista, destacando o papel central das transferências de moedas, inclusive em activos virtuais, para identificar fluxos ilícitos. A instituição ressalta o uso de inteligência financeira para mapear padrões suspeitos e cooperar com entidades nacionais e internacionais. O relato refere que o rastreamento de transacções monetárias, incluindo operações com criptoactivos, foi determinante para sinalizar redes de financiamento ilícito. A FIU destacou também a importância da análise de padrões, bem como da colaboração com autoridades nacionais e internacionais para efectuar acções eficazes.

b) FIUs da UE debatem riscos crescentes ligados a criptoactivos e DeFi



Nos dias 23 e 24 de junho de 2025, o Conselho da Europa organizou uma mesa-redonda de alto nível sobre finanças descentralizadas e criptoactivos, em cooperação com a UIF francesa (Tracfin) e a Comissão Europeia. O evento reuniu 25 UIFs da UE, especialistas da AMLA e da Comissão Europeia, para debater ameaças emergentes de branqueamento e financiamento do terrorismo



UNIDADE DE INFORMAÇÃO FINANCEIRA

associadas a activos digitais. A iniciativa marcou a conclusão de um projecto técnico que formou cerca de 200 profissionais da Tracfin e produziu ferramentas operacionais avançadas. Foram partilhadas experiências nacionais e discutidas tipologias, lacunas regulatórias e estratégias de investigação. Destacou-se a necessidade de reforçar a cooperação transfronteiriça, dada a natureza descentralizada dos activos virtuais.

c) GAFI poderá re-incluir o Paquistão na 'lista cinzenta'



O GAFI considerou reintroduzir o Paquistão na sua lista de monitorização reforçada, devido a preocupações persistentes com o financiamento do terrorismo no país. O processo envolveria a adopção de acções correctivas específicas, sob um plano de acção formal, com forte acompanhamento internacional.

d) Tribunal do Quénia condena dois suspeitos por apoio ao ataque num hotel (2019)



A justiça queniana aplicou, no passado dia 20 de junho, pena de prisão de 30 anos, por apoio material e conspiração no ataque terrorista levado a cabo pelo grupo Al-Shabaab contra o complexo hoteleiro de luxo Dusit D2, em Nairobi, ocorrido em janeiro de 2019. O atentado resultou na morte de 21 pessoas e durou cerca de 19 horas.

Segundo a decisão judicial, os arguidos desempenharam um papel essencial ao facilitarem a fuga de dois dos atacantes de um campo de refugiados, fornecendo documentos de identidade falsos e apoio financeiro à célula terrorista. Ambos haviam sido condenados no mês anterior, e dispõem agora de 14 dias para recorrer da sentença.

Este desfecho evidencia o avanço da cooperação entre a justiça e as FIUs na identificação e rastreamento de fluxos ilícitos usados para actividades terroristas.

e) Cinco empresas britânicas multadas por incumprimento das regras AML



Cinco entidades especializadas em serviços imobiliários no Reino Unido foram penalizadas, recebendo multas totais superiores a £118 000 por falhas no cumprimento das normas AML, nomeadamente devido à ausência de relatórios adequados de operações suspeitas e falhas nos procedimentos de diligência devida ao cliente.



UNIDADE DE INFORMAÇÃO FINANCEIRA

f) Processo judicial contra Isabel dos Santos avança para fase de instrução contraditória



A 24 de junho de 2025, o Tribunal Supremo de Angola iniciou a fase de instrução contraditória no processo que envolve Isabel dos Santos, acusada pelo Ministério Público de branqueamento de capitais, peculato, burla qualificada, abuso de poder, entre outros crimes, com um prejuízo estimado ao Estado de mais de 208 milhões de dólares. A defesa contesta a acusação, que classifica

de “mal instruída e politizada”, e a arguida está a responder remotamente, via videoconferência, desde o Dubai.

g) Guiné-Bissau reforça alerta da ONU sobre rotas transatlânticas do tráfico de droga



Segundo a representante da UNODC, Ana Cristina Andrade, em 21 de junho em Bissau, a Guiné-Bissau constitui um ponto estratégico na rota transatlântica de tráfico de droga, operada por redes criminosas altamente organizadas e sofisticadas financeiramente. Andrade destacou as fragilidades institucionais e legais do país, sublinhando a importância da investigação financeira

paralela ao combate judicial, para identificar beneficiários finais, congelar activos ilícitos e rastrear fluxos de capitais ligados ao narcotráfico.

h) Namíbia: UE comprometida com o governo contra o branqueamento de capitais



A UE declarou estar fortemente comprometida em apoiar as autoridades da Namíbia na remoção do país da lista cinzenta, onde se encontra desde fevereiro de 2024, devido a deficiências no combate ao branqueamento de capitais e ao financiamento do terrorismo. O compromisso foi manifestado recentemente pela embaixadora da UE na Namíbia, que anunciou a realização de diversas actividades em parceria com as autoridades locais.

Apresentamos os nossos melhores cumprimentos

Luanda, aos 30 de junho de 2025